



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO Nº 309919-6 (Vara do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes).

APELANTES: ALEXANDRE SEBASTIÃO DA SILVA E OUTROS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

DES. RELATOR: LEOPOLDO RAPOSO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2º, I, IV DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA DA PENA EQUIVOCADA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REDUÇÃO DA PENA. POSSIBILIDADE. Ocorrência de duas qualificadoras. UTILIZAÇÃO DE UMA PARA QUALIFICAR O DELITO E OUTRA COMO CIRCUNSTÂNCIA LEGAL NEGATIVA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, tudo consoante parecer ministerial, relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo – Des. Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO Nº 309919-6 (Vara do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes).

APELANTES: ALEXANDRE SEBASTIÃO DA SILVA E OUTROS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

DES. RELATOR: LEOPOLDO RAPOSO

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação criminal, interposto contra decisão do conselho de sentença do Tribunal do Júri que entendeu por maioria condenar os réus pela participação em homicídio duplamente qualificado, e com base no artigo 121, §2º, incisos I e IV, c/c artigo 29, ambos do Código Penal, condenar os acusados **ALEXANDRE SEBASTIÃO DA SILVA**, na pena definitiva de 24 (vinte e quatro) anos de reclusão; **JOSÉ GLEIBSON DIAS**, na pena definitiva de 20 (vinte) anos de reclusão e **WILSON TENÓRIO SOARES**, na pena definitiva de 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

A denúncia expõe que, no dia 06 de fevereiro de 2005, por volta das 20:00 horas, próximo a praça Rita Coelho, no bairro de Cavaleiro, os acusados, em comunhão de desígnios e ações, desferiram contra a vítima PAULO MIRANDA DA SILVA, disparos de arma de fogo, produzindo os ferimentos descritos na perícia tanatoscópica de fls. 60 os quais deram causa ao seu óbito.

Inconformados, através da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, os réus apelaram (fls. 485/488) requerendo a reforma da sentença no que se refere à dosimetria da pena, corrigindo os excessos alarmantes na dosimetria da pena imposta a cada um dos réus.

Nas suas contra-razões (fls. 489/490), o Órgão Ministerial pugna pela manutenção do *decisum* na íntegra, negando-se provimento a apelação.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer de fls. 502/506 opinando pelo conhecimento e provimento parcial do recurso para que a sentença seja reformada no tocante a dosimetria da pena, com o conseqüente redimensionamento das penas basilares, diminuindo-as proporcionalmente, sem descer ao mínimo legal.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

É o relatório. À Douta Revisão.

Recife:

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1ª CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO Nº 309919-6 (Vara do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes).

APELANTES: ALEXANDRE SEBASTIÃO DA SILVA E OUTROS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

DES. RELATOR: LEOPOLDO RAPOSO

VOTO

Conforme relatado, versam os presentes autos de Apelação Criminal, interposta pelos réus ALEXANDRE SEBASTIÃO DA SILVA, JOSÉ GLEIBSON DIAS E WILSON TENÓRIO SOARES, contra a pena imposta pela Douta Magistrada da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que condenou o primeiro apelante à pena de 24 (vinte e quatro) anos de reclusão, o segundo à pena de 20 (vinte) anos de reclusão e o terceiro à pena de 17 (dezessete) anos de reclusão a serem cumpridas inicialmente em regime fechado, por prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, inciso I e IV, do Código Penal (fls. 478/481).

Inconformados, através da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, os réus pugnam pela reforma da sentença no que se refere à dosimetria da pena, corrigindo os excessos alarmantes na dosimetria da pena imposta.

Acerca da materialidade e da autoria delitivas deixo de tecer maiores considerações, tendo em vista que tais circunstâncias não foram contestadas pelos apelantes.

De outra parte, no respeitante ao pedido de diminuição da reprimenda, assiste razão aos recorrentes. Seguindo o disposto nos artigos 59 e 68 do código Penal, passo a redimensionar a pena dos acusados:

Para fundamentar a pena do réu **ALEXANDRE SEBASTIÃO DA SILVA**, a Juíza a quo valorou negativamente as circunstâncias judiciais, fazendo uso dos seguintes argumentos (fls. 478/481):

"a) Circunstâncias Judiciais:

a.1) **culpabilidade**: está comprovada e afere-se gravíssima.

a.2) **antecedentes**: o acusado não é primário, consoante suas próprias declarações em plenário.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

- a.3) conduta social: é voltada à violência.
 a.3) personalidade: é desvirtuada e fora dos padrões.
 a.5) motivos do crime: foi o fato da vítima ser segurança e o mesmo evitar que os sentenciados cometessem roubos de materiais da empresa para a qual a vítima prestava serviços.
 a.6) circunstância do crime: revelam que o crime foi praticado de forma dolosa, com uso de arma de fogo, sendo possível afirmar que ocorreu em via pública e no período noturno. Sua ação deixou demonstrada insensibilidade à vida do semelhante.
 a.7) consequências do crime: foram gravíssimas.
 a.8) comportamento da vítima: de nenhum modo contribuiu para a ocorrência do fato criminoso." Destaquei.

Observe-se que das oito circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal, todas pesaram contra o apelante, fato que ensejou a majoração da sua pena.

No que se refere à valoração negativa da "**conduta social**" e, em parte, da "**personalidade do agente**", verifico que não existe nos autos elementos suficiente para valorar tais circunstâncias.

Quanto à **culpabilidade**, verifico que a conduta do agente é correspondente ao próprio tipo. Os **antecedentes**, fls. 457/459, não podem ser utilizados como circunstâncias negativas, pois todos os crimes foram cometidos em data posterior à ocorrência do delito. As "**circunstâncias do crime**" não são favoráveis ao réu, porquanto o delito ocorreu em via pública e no período noturno, o que torna a vítima mais vulnerável. As "**consequências do crime**" são próprias do tipo, já que não ultrapassa as implicações decorrentes da espécie. Nada se tem a valorar em relação à **vítima**, pois em nada contribuiu para a prática do crime.

Ressalta-se que já está sedimentado na jurisprudência pátria, que, havendo pluralidade de qualificadoras, utiliza-se uma delas para qualificar o delito e a outra como circunstância negativa – agravante, quando prevista legalmente, ou como circunstância judicial, residualmente. Assim sendo, No que diz respeito aos **motivos**, tenho que deve ser utilizado para qualificar o delito.

Posto isso, considerando como circunstância negativa apenas as **circunstâncias do crime**, reduzo a pena-base aplicada para o **quantum de 14 (quatorze) anos de reclusão**, ponderando a pena



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

cominada ao crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe (art. 121, §2º, inciso I, do CP).

Ultrapassada a primeira fase da dosagem da pena, chega-se a segunda fase: análise das circunstâncias legais.

No presente caso, verifica-se a presença de agravante, em função do deslocamento da segunda qualificadora, que se ajustará à hipótese do art. 61, inciso II, alínea "c" (recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido). **Dessa forma, agravo a pena em 02 (dois) anos, elevando a pena a 16 (dezesseis) anos de reclusão, em regime inicial fechado, tornando-a definitiva, à míngua de outras causas de aumento e diminuição da pena.**

Para fundamentar a pena do réu **JOSÉ GLEIBSON DIAS** (art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do CP), a Juíza a quo valorou negativamente as circunstâncias judiciais, fazendo uso dos seguintes argumentos (fls. 478/481):

"a) Circunstâncias Judiciais:

- a.1) **culpabilidade**: está comprovada e afere-se gravíssima.
- a.2) **antecedentes**: o acusado é primário, consoante fl. 460.
- a.3) **conduta social**: é voltada à violência.
- a.3) **personalidade**: é desvirtuada e fora dos padrões.
- a.5) **motivos do crime**: foi o fato da vítima ser segurança e o mesmo evitar que os sentenciados cometessem roubos de materiais da empresa para a qual a vítima prestava serviços.
- a.6) **circunstância do crime**: revelam que o crime foi praticado de forma dolosa, com uso de arma de fogo, sendo possível afirmar que ocorreu em via pública e no período noturno. Sua ação deixou demonstrada insensibilidade à vida do semelhante.
- a.7) **consequências do crime**: foram gravíssimas.
- a.8) **comportamento da vítima**: não concorreu para o crime."

Destaquei.

Observe-se que das oito circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal, sete pesaram contra o apelante, fato que ensejou a majoração da sua pena.

No que se refere à valoração negativa da "**conduta social**" e, em parte, da "**personalidade do agente**", verifico que não existe nos autos elementos suficiente para valorar tais circunstâncias.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Quanto à **culpabilidade**, verifico que a conduta do agente é correspondente ao próprio tipo. Os **antecedentes**, fls. 457/459, não podem ser utilizados como circunstâncias negativas, pois todos os crimes foram cometidos em data posterior à ocorrência do delito. As "**circunstâncias do crime**" não são favoráveis ao réu, porquanto o delito ocorreu em via pública e no período noturno, o que torna a vítima mais vulnerável. As "**consequências do crime**" são próprias do tipo, já que não ultrapassa as implicações decorrentes da espécie. Nada se tem a valorar em relação à **vítima**, pois em nada contribuiu para a prática do crime.

Ressalta-se que já está sedimentado na jurisprudência pátria, que, havendo pluralidade de qualificadoras, utiliza-se uma delas para qualificar o delito e a outra como circunstância negativa – agravante, quando prevista legalmente, ou como circunstância judicial, residualmente. Assim sendo, No que diz respeito aos **motivos**, tenho que deve ser utilizado para qualificar o delito.

Posto isso, considerando como circunstância negativa apenas **as circunstâncias do crime, reduzo a pena-base aplicada para o quantum de 14 (quatorze) anos de reclusão**, ponderando a pena cominada ao crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe (art. 121, §2º, inciso I, do CP).

Ultrapassada a primeira fase da dosagem da pena, chega-se a segunda fase: análise das circunstâncias legais.

No presente caso, verifica-se a presença de agravante, em função do deslocamento da segunda qualificadora, que se ajustará à hipótese do art. 61, inciso II, alínea "c" (recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido). **Dessa forma, agravo a pena em 02 (dois) anos, elevando a pena a 16 (dezesseis) anos de reclusão, em regime inicial fechado.**

Considerando o reconhecimento da tese de menor participação (art. 29, §1º do CP), reduzo a pena em 1/6 (02 anos e 08 meses), **tornando-a definitiva em 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado.**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Para fundamentar a pena do réu **WILSON TENÓRIO SOARES** (art. 121, §2º, incisos I, c/c art. 29, ambos do CP), a Juíza a quo valorou negativamente as circunstâncias judiciais, fazendo uso dos seguintes argumentos (fls. 478/481):

- "a) Circunstâncias Judiciais:
- a.1) **culpabilidade**: está comprovada e afere-se gravíssima.
 - a.2) **antecedentes**: o sentenciado já responde na justiça, por condutas ilícitas.
 - a.3) **conduta social**: é violenta.
 - a.3) **personalidade**: é desvirtuada e fora dos padrões.
 - a.5) **motivos do crime**: foi o fato da vítima ser segurança e o mesmo evitar que os sentenciados cometessem roubos de materiais da empresa para a qual a vítima prestava serviços.
 - a.6) **circunstância do crime**: revelam que o crime foi praticado de forma dolosa, com uso de arma de fogo, sendo possível afirmar que ocorreu em via pública e no período noturno. Sua ação deixou demonstrada insensibilidade à vida do semelhante.
 - a.7) **consequências do crime**: foram gravíssimas.
 - a.8) **comportamento da vítima**: não concorreu para o crime." Destaquei.

Observe-se que das oito circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal, todas pesaram contra o apelante, fato que ensejou a majoração da sua pena.

No que se refere à valoração negativa da "conduta social" e, em parte, da "personalidade do agente", verifico que não existe nos autos elementos suficiente para valorar tais circunstâncias.

Quanto à **culpabilidade**, verifico que a conduta do agente é correspondente ao próprio tipo. Os **antecedentes**, fls. 457/459, não podem ser utilizados como circunstâncias negativas, pois todos os crimes foram cometidos em data posterior à ocorrência do delito. As "**circunstâncias do crime**" não são favoráveis ao réu, porquanto o delito ocorreu em via pública e no período noturno, o que torna a vítima mais vulnerável. As "**consequências do crime**" são próprias do tipo, já que não ultrapassa as implicações decorrentes da espécie. Nada se tem a valorar em relação à **vítima**, pois em nada contribuiu para a prática do crime.

Ressalta-se que já está sedimentado na jurisprudência pátria, que, havendo pluralidade de qualificadoras, utiliza-se uma delas



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

para qualificar o delito e a outra como circunstância negativa – agravante, quando prevista legalmente, ou como circunstância judicial, residualmente. Assim sendo, No que diz respeito aos **motivos**, tenho que deve ser utilizado para qualificar o delito.

Posto isso, considerando como circunstância negativa apenas **as circunstâncias do crime, reduzo a pena-base aplicada para o quantum de 14 (quatorze) anos de reclusão**, ponderando a pena cominada ao crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe (art. 121, §2º, inciso I, do CP).

Ultrapassada a primeira fase da dosagem da pena, chega-se a segunda fase: análise das circunstâncias legais.

No presente caso, verifica-se a ausência de circunstâncias agravante e atenuante, em função do deslocamento da qualificadora do motivo torpe (art. 121, §2º, inciso I, do CP).

Considerando o reconhecimento da tese de menor participação (art. 29, §1º do CP), reduzo a pena em 1/6, **tornando-a definitiva em 11 (anos) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado**.

Dessa forma, a pena aplicada aos réus deverá ser: **em relação ao primeiro apelante, ALEXANDRE SEBASTIÃO DA SILVA, de 16 (dezessis) anos de reclusão**, em regime inicial fechado, por prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, do Código Penal Brasileiro; **em relação ao segundo apelante, JOSÉ GLEIBSON DIAS, de 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão**, em regime inicial fechado, por prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, § 1º, ambos do Código Penal; **em relação ao terceiro apelante, WILSON TENÓRIO SOARES, de 11 (anos) anos e 04 (quatro) meses de reclusão**, em regime inicial fechado, por prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos I, c/c o art. 29, § 1º, ambos do Código Penal.

Em razão do exposto, meu voto é pelo PROVIMENTO do apelo defensivo.

É como voto.



Apelação Criminal n.º 0309919-6 – 1º Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes -PE

APELANTE: Alexandre Sebastião da Silva e OUTROS
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
REVISOR: Desembargador Roberto Ferreira Lins
REVISOR CONVOCADO: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Alexandre Sebastião da Silva, José Gleibson Dias e Wilson Tenório Soares contra a sentença prolatada pela Juíza Presidente do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que, em decorrência do veredicto dos Jurados componentes do Tribunal Popular daquela Comarca, condenou os apelantes, respectivamente, às penas de 24 (vinte e quatro) anos de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal, 20 (vinte) anos de reclusão, pela prática do delito previsto no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, §1º, ambos do Código Penal, e 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, inciso I, c/c o art. 29, §1º, ambos do Código Penal.

Os apelantes requerem, apenas, a redução das suas penas.

Pois bem.

Quanto ao apelante **Alexandre Sebastião da Silva**, verifico que a magistrada sentenciante fixou a sua pena-base em 18 (dezoito) anos de reclusão, por entender que militam em seu desfavor todas as circunstâncias judiciais. Na segunda fase do processo dosimétrico, exasperou a pena em 06 (seis) anos, ante a incidências das qualificadoras de motivo torpe e de recurso e que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima, tornando-a definitiva em 24 (vinte e quatro) anos de reclusão.

Entretanto, na primeira fase do processo dosimétrico, entendo que apenas a circunstância judicial referente às circunstâncias do delito pode ser tida como desfavorável ao apelante.

Na sentença condenatória, a togada sentenciante afirmou que *"A culpabilidade está comprovada e afere-se gravíssima, e tenho ainda a considerar que o acusado era ao tempo da infração maior de 18 anos, mentalmente capaz e sabia ou deveria saber, da ilicitude da conduta adotada"*. Entretanto, entendo que a conduta do apelante não extrapolou aquela própria do tipo penal violado, razão pela qual não pode a referida circunstância ser tida como desfavorável.

Em seguida, afirmou que o *"sentenciado não é primário, registrando antecedentes consoante suas próprias declarações nesta data em plenário, e sua conduta social é voltada à violência"*. Analisando os autos, verifico que na ficha de



Apelação Criminal n.º 0309919-6 – 1º Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes -PE

antecedentes criminais neles constante, todos os fatos foram cometidos após a data da prática delitiva dos autos em análise, razão pela qual não pode a referida circunstância ser considerada como desfavorável ao réu.

Outrossim, a **conduta social** a qual o legislador se refere no art. 59 do CP, diz respeito ao papel do réu na comunidade, inserido no contexto da família, do trabalho, da vizinhança, etc. O magistrado precisa conhecer a pessoa que estará julgando, a fim de saber se merece uma reprimenda maior ou menor. Como não há nos autos nenhum elemento apto à sua valoração, a circunstância em análise não pode militar em desfavor do réu.

Quanto aos **motivos**, a juíza a *qua* afirmou que “segundo consta na denúncia, foi o fato da vítima ser segurança e o mesmo evitar que os sentenciados cometessem roubos de materiais da empresa para a qual a vítima prestava serviços”. Entretanto, os motivos não podem ser tidos como desfavoráveis, uma vez que será utilizado para qualificar o delito (motivo torpe).

Após, afirmou que “as **consequências** foram gravíssimas”. Porém, entendo que a sua fundamentação é própria do tipo penal violado.

“Em relação ao **comportamento da vítima**, de nenhum modo contribuiu para a ocorrência do fato criminoso”. Nesse aspecto, compartilho o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que “o comportamento da vítima apenas deve ser utilizado em benefício do réu, devendo tal circunstância ser neutralizada no caso de não interferência do ofendido na prática do crime” (STJ. HC 284951/MG, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 23.04.14).

Entretanto, entendo que a circunstância judicial referente às **circunstâncias do crime**, não pode ser favorável ao réu, uma vez que o delito foi praticado no período noturno, turno que, sabidamente, facilita a prática de crimes, pois torna a vítima mais vulnerável.

Portanto, militando em desfavor do réu uma circunstância judicial, fixo a sua pena-base em 14 (quatorze) anos de reclusão, ressaltando que nessa fase foi utilizada a qualificadora prevista no art. 121, §2º, inciso I, do CP.

Na segunda fase do processo dosimétrico, apesar de os jurados terem reconhecido a incidência de duas qualificadoras, repito, uma delas serve para qualificar o delito (o que já foi feito na primeira fase da dosimetria) e a outra para exasperar a pena nesta fase como agravante. Sendo assim, majoro a pena em 02 (dois) anos, ante a incidência da qualificadora prevista no art. 121, §2º, inciso IV, do CP.

À míngua de causas de aumento e de diminuição de pena, torno-a definitiva em **16 (dezesseis) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado**.

O apelante **José Gleibson Dias** teve a sua pena-base igualmente fixada em 18 (dezoito) anos de reclusão, uma vez que, de acordo com a togada sentenciante, todas as circunstâncias judiciais militavam em seu desfavor. Outrossim, na segunda fase da dosimetria, exasperou a pena em 06 (seis) anos, tendo em vista



544

Apelação Criminal n.º 0309919-6 – 1º Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes -PE

as qualificadoras previstas nos incisos I e IV do parágrafo segundo do art. 121 do CP. Na terceira fase, tendo em vista a incidência do art. 29, §1º, do Código Penal, reduziu a pena em 1/6, tornando-a definitiva em 20 (vinte) anos de reclusão.

Pelas razões já expostas na elaboração da dosimetria do apelante Alexandre, as circunstâncias judiciais referentes à culpabilidade, aos antecedentes, às consequências, ao comportamento da vítima, à personalidade, à conduta social e aos motivos não podem ser tidas como desfavoráveis ao réu José Gleibson.

Outrossim, pelas razões já delineadas acima, a circunstância judicial referente às circunstâncias do delito não pode ser favorável ao apelante, razão pela qual fixo a sua pena pena-base em 14 (quatorze) anos de reclusão, ressaltando que nessa fase foi utilizada a qualificadora prevista no art. 121, §2º, inciso I, do CP.

Na segunda fase do processo dosimétrico, apesar de os jurados terem reconhecido a incidência de duas qualificadoras, repito, uma delas serve para qualificar o delito (o que já foi feito na primeira fase da dosimetria) e a outra para exasperar a pena nesta fase como agravante. Sendo assim, majoro a pena em 02 (dois) anos, ante a incidência da qualificadora prevista no art. 121, §2º, inciso IV, do CP.

Na terceira fase da dosimetria, verifico a incidência do art. 29, §1º, do Código Penal. Nesse aspecto, mantenho a diminuição no mesmo patamar aplicado pela magistrada sentenciante, qual seja, 1/6, tornando-a definitiva em 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado.

Por fim, o apelante **Wilson Tenório Soares** teve a sua pena igualmente fixada em 18 (dezoito) anos de reclusão, por militar em seu desfavor todas as circunstâncias judiciais. Na segunda fase da dosimetria, a magistrada sentenciante exasperou a sua pena em 03 (três) anos de reclusão, tendo em vista a qualificadora de motivo torpe. Na terceira fase, reconhecendo a incidência do art. 29, §1º, do CP, reduziu a pena em 1/6, tornando-a definitiva em 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Pelas razões já expostas na elaboração da dosimetria dos demais corréus, as circunstâncias judiciais referentes à culpabilidade, aos antecedentes, às consequências, ao comportamento da vítima, à personalidade, à conduta social e aos motivos não podem ser tidas como desfavoráveis ao réu Wilson Tenório Soares.

Pelos motivos já bastante explanados acima, a circunstância judicial referente às circunstâncias do delito não pode ser favorável ao apelante, razão pela qual fixo a sua pena pena-base em 14 (quatorze) anos de reclusão, ressaltando que nessa fase foi utilizada a qualificadora prevista no art. 121, §2º, inciso I, do CP.

À míngua de circunstâncias agravantes e atenuantes, e causas de aumento de pena, mantenho a redução da pena em 1/6, ante a incidência do art. 29, §1º, do CP, tornando-a definitiva em 11 (onze) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado.

Ante o exposto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao apelo para, mantendo o veredicto condenatório, reduzir a pena aplicada ao réu **Alexandre**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0309919-6 – 1º Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes -PE

Sebastião da Silva para 16 (dezesesseis) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal, a aplicada ao réu José Gleibson Dias para 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, §1º, ambos do Código Penal, e, por fim, a aplicada ao réu Wilson Tenório Soares para 11 (onze) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, inciso I, c/c o art. 29, §1º, ambos do Código Penal.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado